

ABORDAGEM DAS CAPACIDADES COMO MEIO PARA MENSURAÇÃO DA CRIAÇÃO DE VALOR SOCIAL

Clara Braga, José Carlos Lázaro da Silva Filho

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo propor uma ferramenta para medir a “criação” de Valor Social por Empreendimentos ditos como Sociais, baseado na Abordagem das Capacidades de Amartya Sen. Parte-se de que “valor social” é um resultado direto experienciado ou percebido pelo “beneficiários”/usuário da ação social de um empreendimento. Assim na busca desta percepção dos beneficiários, realizou-se um *survey* de experiência utilizou-se a ferramenta de Paul Anand, para mensuração do nível de bem-estar do grupo amostral, sendo acessado 174 beneficiários de 4 ações sociais: adultos em situação de rua; jovens residentes em áreas rurais; crianças e adolescentes e situação de vulnerabilidade social e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Considerando os resultados da Análise Fatorial Exploratória, propõe-se uma ferramenta de medição de bem-estar/valor social composto por 4 *construtos*: Afiliação; Controle sobre o ambiente; Segurança Física e Emocional e Trabalho. Os testes estatísticos indicaram ainda a sensibilidade da ferramenta de pesquisa a percepção de capacidades e bem-estar de grupos socioeconômicos. Com isso, podemos dizer que a estudo proposta traz tanto uma contribuição teórica, na discussão de medição de valor social e capacidades, quanto uma contribuição aplicada ao apresentar uma possibilidade de medição de resultados de uma ação social.

Palavras-chave

valor social; bem-estar social; capacidades; empreendedorismo social. abordagem das capacidades.

Abstract This research aims to propose a tool to measure the Creation of Social Value by Enterprises, based on Sen's Capabilities Approach. we assumed that "social value" is a direct result experienced or perceived by the "beneficiaries"/ users of a project's social action. Therefore, in search of this perception of the beneficiaries, an "experiential" survey was conducted using Paul Anand's tool. The tool was applied to 174 beneficiaries of 4 social actions: homeless adults; young people living in rural areas; children and adolescents in situations of social vulnerability; and women in situations of social vulnerability. Paul Anand's tool was used to measure the level of well-being of the sample group. Considering the results of the Exploratory Factor Analysis, a tool to measure well-being/social value is proposed, composed of 4 constructs: Affiliation; Control over the environment; Physical and Emotional Security; and Work. Statistical tests also indicated the sensitivity of the research tool to the perception of capabilities and well-being of socioeconomic groups.

Keywords social value; social well-being; capabilities; social entrepreneurship; capabilities approach.

INTRODUÇÃO

As nações, em menor ou maior grau, registram problemas sociais decorrentes de externalidades negativas dos seus sistemas econômicos. E, como resultado, milhões de pessoas permanecem marginalizadas, levando muitas vezes a situações de pobreza crônica. Dados do Banco Mundial indicam que quase metade da população mundial ainda luta para satisfazer as necessidades básicas (Banco Mundial, 2018). Nesse contexto, o empreendedorismo social tem sido visto como -se como uma alternativa de mudança na realidade social das pessoas que vivem à margem da sociedade, seja pela globalização paradoxal, ineficiência do poder público, do mercado (e a invisibilidade das pessoas ao mesmo) ou de instituições de setor.

A discussão deste conceito já chega a cerca de duas décadas, por exemplo, Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) definem empreendedorismo social como uma atividade de criação de valor social inovadora que pode ocorrer dentro dos setores sem fins lucrativos, empresariais ou governamentais. Em que o empreendedor social investe em setores que são negligenciados tanto pelo setor de mercado – por proporcionar baixa rentabilidade – e pelo setor público, que, em um contexto de austeridade orçamentária, está buscando reduzir seus gastos (Boutillier, 2009).

No contexto histórico e socioeconômico atual, buscou-se compreender a amplitude dos estudos sobre o empreendedorismo social, em especial, as lacunas identificadas pelos autores que se debruçam sobre o entendimento deste fenômeno. O empreendedorismo social evoluiu de um período inicial de crescimento explosivo, durante o qual a pesquisa

centrou-se nas características organizacionais e fundadoras, até uma etapa que testemunhou o surgimento de instituições que facilitam a formação e crescimento do empreendedorismo social (Ferri; Urbano, 2011). Na última década, enquanto a expansão no número e escopo de empreendimentos sociais continua, há também um esforço conjunto em andamento para verificar se as empresas sociais estão tendo o desempenho esperado (Arogyaswamy, 2017).

Dentro da temática existe alguns pontos críticos de estudos, Sassmannshausen e Volkmann (2013) identificaram que apenas 12% da produção científica sobre o tema tratam da temática de medir efeitos ou resultados (seja “output”, ou “outcome”), isto é, o desempenho e outras consequências da empresa social ou do empreendedorismo social, seu “impacto social”, ou a criação de “valor social”. A precisão na quantificação ou mensuração do resultado social é complicada devido à natureza do fenômeno social, à multicausalidade dos fatores subjacentes e à longa manifestação temporal, entre outros fatores (Austin et al., 2006). O desafio de avaliar os resultados dos empreendimentos sociais, pode ser motivo de frustração para as partes interessadas no setor social, devido à ausência de uma ferramenta para avaliar e divulgar os resultados sociais que cada projeto obtém.

Assim, o desenvolvimento de instrumentos de mensuração quantitativa no Empreendedorismo Social é um dos desafios de pesquisa mais atuais (Sassmannshausen; Volkmann, 2013), que se mantém até hoje. E, tal medição, deve transcender apenas os resultados econômicos, mas oferecer uma medida do desempenho quanto a criação de valor social, que é o principal objetivo do empreendimento social (Abu-Saifan, 2012; Austin et al., 2006; Boutillier, 2008; Dees, 2001; Gaiotto, 2016; Gundry et al., 2011; Hulgard, 2010; Kato et al., 2017; Mair; Marti, 2006; Marti; Osberg, 2007; Medeiros et al., 2017; Seelos; Mair, 2004). Santos (2012) reforça ainda a importância desta mensuração da geração de valor social, para criação de uma teoria positiva e sólida de Empreendedorismo Social.

Isso posto, compreende-se como ponto de partida para a proposição de métricas para criação de valor social e compreender o que é “valor social”. Isto é neste trabalho entende-se que o conceito de “valor social” é sólido, realista, e o tem um histórico na literatura econômica, com o enfoque “micro”, isto é, nas pessoas envolvidas/beneficiadas e suas percepções, sendo um contraponto da nova tendência de usar a expressão “impacto” social, pois historicamente na economia, “impacto” tem uma perspectiva territorial e macro, baseadas em dados socioeconômicos robustos, mas tem sido adotada no campo, especificamente no Brasil, para simplificar o efeito resultado de uma ação, imediata. Um resgate crítico a “criação” do conceito de “Impacto Social” (para ações de filantropia no Brasil), está em referências de publicações e relatórios de Fundações que representam uma busca de uma narrativa de criar um conceito positivo da filantropia e do ESG, em contraponto a emergência dos impactos (ambientais) negativos de grandes empresas.

Diante da variedade semântica da expressão valor social, esta pesquisa utiliza como marco teórico a definição proposta pela *Social Value UK* (2018) que entende valor social como mudanças no bem-estar dos indivíduos (não de um território ou região, ou mesmo de um “grupo”).

Auerswald (2009) sugere a utilização da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen para avaliação da criação do Valor Social, afirmando esta abordagem amplia fundamentalmente

o escopo de informações sobre quais determinações de valor social podem ser baseadas, sugerindo métricas potenciais para a criação de valor que vão além do valor monetário. Destaca-se que a abordagem das Capacidades tem o potencial de medir a criação de valor social e o desempenho de projetos, organizações ou intervenções, de uma forma mais científica (Kato et al., 2017; Kuklys: Robeyns, 2004). A Teoria das Capacidades de Sen (2003) baseia-se na avaliação da mudança social em termos do enriquecimento da vida humana. Considerando que bem-estar ou qualidade da vida humana é uma questão multidimensional e não pode ser levada em conta apenas a acumulação de mercadorias e rendimentos.

Diante das afirmativas apresenta-se como questão de pesquisa: Como medir a criação do valor social dos Empreendimentos Sociais a partir da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen?

Para responder esta questão propomos aqui a ida ao campo para coletar a percepção dos “beneficiários” de ações sociais, por meio de questionários (*survey* de experiências) baseado nos constructos de Capacidade desenvolvidos por Anand e seus colegas (2009), e analisar a possibilidade, suando esses constructos medir o valor social percebido pelos beneficiários.

O trabalho está dividido em 3 seções. Na primeira seção, é apresentado o embasamento teórico, sob o qual o fenômeno criação de valor social pelos Empreendimentos Sociais é estudado, na seção subsequente os procedimentos metodológicos são apresentados. Em sequência, são apresentados os resultados da pesquisa e as principais conclusões.

EMBASAMENTO TEÓRICO-CONCEITUAL

A pesquisa possui como tripé as teorias relacionadas ao fenômeno Empreendedorismo Social, ao Conceito de Valor Social e a Abordagem das Capacidades de Amartya Sen. Assim, esta seção, propõe-se a apresentar os marcos conceituais relativos às referidas temáticas como ponto de partida para compreensão da problemática – Como medir a criação do valor social dos Empreendimentos Sociais – e desenvolvimento da pesquisa empírica para atendimento ao objetivo de pesquisa – Propor uma ferramenta para medir a Criação de Valor Social por Empreendimentos Sociais, baseado na “Abordagem da Capacidades de Sen” (*Sen’s Capability Approach*).

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Petrini, Scherer e Back (2016) registram que um dos primeiros desafios ao se realizar uma pesquisa sobre empreendedorismo social, são os diferentes termos e nomenclatura relacionados a este fenômeno, como: negócio de impacto social, empresa social, negócios para a base da pirâmide, negócios sociais ou negócios inclusivos. É importante registrar que o empreendedorismo social não é definido por uma forma jurídica, visto que pode ser constituído de várias maneiras. Na verdade, exemplos de empreendimentos sociais podem ser encontrados dentro dos setores sem fins lucrativos, empresariais ou governamentais (Boutillier, 2009).

Uma das questões centrais da literatura acadêmica sobre empreendedorismo social tem convergido para explicitar como a “missão central” desses empreendimentos, isto é a ação social real criar, desenvolve ou “maximiza” o valor social (Parente et al., 2013; Peredo; Mclean, 2006). A convergência de análise acadêmica focada no processo e intenção dos empreendimentos (uma “teoria da mudança”) vem sendo aceita na prática, tanto pelas próprias organizações e seus financiadores, com a base de legitimação de que as ações dessas organizações entidade são socialmente desejáveis ou apropriadas (Parente et al., 2013).

Entende-se, no entanto, que é necessário desenvolver medidas práticas e significativas que captem o seu desempenho e efeito e reflitam os objetivos perseguidos (Arena *et al.*, 2015; Arogyaswamy, 2017; Brouard, 2006; Brouard et al., 2012; Certo; Miller, 2008; Mair; Marti, 2006, Parente et al., 2013; Seelos; Mair, 2004).

Essa necessidade, por outro lado, tem na literatura a compreensão que são inerentemente difíceis e complexo medir o desempenho dos Empreendimentos Sociais, tanto na perspectiva criação de valor social para um indivíduo (baseado no valores compartilhados com sua comunidade ao redor), e mais ainda um real impacto social na sociedade, visto a complexidade metodológica de análise comparativa e isolamento de causalidades diversas e difusas que se encontram no ambiente de intervenção da organização (Bernardino et al., 2017; Comini et al., 2012; Choi; Majumdar, 2014; Davis, 2002; Dees, 2001; Mair; Marti, 2006).

VALOR SOCIAL

Na literatura econômica a palavra “valor” como algo que é valioso e que se pode usar ou trocar. (Lucas; Passos, 2015; Pedro, 2014). Na filosofia, o valor é estudado pela axiologia (teoria do valor). Hessen (1980, p. 47) registra que “valor é sempre valor para alguém. Valor é a qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado com uma consciência capaz de a registrar”. O valor é um lado uma percepção ou experiência individual, no entanto é ao mesmo tempo uma construção social do ambiente, da cultura, da comunidade ao seu redor. Nesse entendimento “valor, em termos gerais e bastante simplificados, está no juízo do sujeito que valora e não no objeto ou na ação humana valorado” (Lucas; Passos, 2015, p. 136). Corroborando com o entendimento, Frondizi (1986) destaca que a valoração dada na relação objeto - sujeito é situacional, dessa forma, uma mudança de situação (componentes do contexto: ambiente físico, ambiente cultural, necessidades, fator tempo-espço, problemas morais) pode mudar a percepção.

Na sociologia, Schwartz (2006) afirma que as ciências sociais padecem devido à falta de consenso sobre a definição de valores; seu conteúdo; assim como a falta de métodos fiáveis para medir os valores. Schwartz (2006) apresenta, uma proposta de hierarquia de valores elaborada com base em seu estudo empírico em que indica 10 valores “universais”, presentes em todas as culturas, listados em uma ordem de prioridade. A partir da proposta de hierarquia de valores de Schwartz (2006) identifica-se que os 2 primeiros valores da hierarquia estão relacionados ao bem-estar, seja na perspectiva individual ou social.

Considerando o exposto, verifica-se que o entendimento de valor na concepção filosófica, sociológica e econômica guarda um ponto de congruência importante: o valor é valor para um sujeito, que deve ser entendido como o ser humano como um todo, logo o valor é algo socialmente construído. Visando estabelecer um marco referencial para entendimento de Valor Social, elenca-se no Quadro 1 definições propostas por diversos autores.

Quadro 1 – Definições/entendimento do conceito valor social

Autoria	Conceito de Valor Social/Criação de Valor Social
Emerson e Cajab (2001).	Criação de valor se traduz na melhoria das condições de vida dos indivíduos ou sociedade como um todo por meio da combinação dos recursos, <i>inputs</i> , processos ou políticas.
Peredo e Mclean (2006).	Contribuição para o bem-estar ou bem-estar em uma dada comunidade humana.
Mair e Noboa (2006).	A criação de valor social pode ser definida como a solução ou o alívio de um problema social.
Certo e Miller (2008).	Valor social são as necessidades básicas e antigas da sociedade. O valor social envolve o cumprimento de necessidades básicas e de longa duração aos membros da sociedade que estão em necessidade.
Comini et al (2012).	Valor social pode ser entendido como indicadores intangíveis (como cidadania, autoestima, capital social).
Felício et al. (2013).	O valor social refere-se aos bens e serviços necessários fornecidos por organizações com fins sociais, como promover o desenvolvimento comunitário, defender políticas mais inclusivas e mais justas, ou lidar com uma variedade de outros problemas sociais (p. 214).
Social Value UK (2018).	O valor social é a quantificação da importância relativa que as pessoas atribuem às mudanças que experimentam em suas vidas. Alguns, mas nem todo esse valor é capturado nos preços de mercado. É importante considerar e medir esse valor social na perspectiva daqueles afetados pelo trabalho de uma organização.

Fonte: elaboração própria

A partir das definições de valor social e criação de valor social, e apesar de certa diversidade de elementos constitutivos deste conceito, verifica-se que a maioria dos autores quando tratam de valor social se referem a atributos intangíveis, pessoais (“das pessoas”), mas compartilhado (de uma dada comunidade”).

Assim, corroborando com a literatura, entende-se a criação de valor social como uma mudança para as pessoas (na percepção delas, no contexto de valores de sua comunidade), mais especificamente, mudanças no bem-estar das pessoas beneficiadas pela ação dos empreendimentos sociais. (Social Value UK, 2018b). E, isto posto, recorre-se as abordagens das escolas econômicas de bem-estar social, e propõe-se na abordagem das Capacidades de Amartya Sen alinhamento teórico para estudar as mudanças de bem-estar, sob uma perspectiva multidimensional, não focada apenas na perspectiva renda.

Partindo-se, então, da proposição de bem-estar, como um valor social (compartilhado) percebível e experienciado pelas pessoas (público ao qual é direcionado a uma ação de um empreendimento social), propõe-se medir o valor social, desconstruindo este por meio das “capacidades” efetivadas (percebidas) por cada pessoa, indivíduo, beneficiado pela ação social proposta pela empreendimento social. Em uma situação metodológica ótima, a criação ou melhoria do valor social, pode ser um comparativo – “melhoria” – entre a situação de bem-estar do indivíduo antes e após a ação.

ABORDAGEM DAS CAPACIDADES DE AMARTYA SEN

A Teoria das Capacidades de Amartya Sen (2003), baseia-se na avaliação da mudança social em termos do “enriquecimento” da vida humana (enriquecimento este que se propõe aqui como aumento de valor), o que estabelece as bases teóricas para fazer comparações interpessoais de bem-estar. Amartya Sen (2010) destaca que a avaliação da qualidade de vida não pode ser levada em conta apenas como a acumulação de mercadorias e rendimentos, assim a abordagem de capacidades difere de outras abordagens porque não se concentra na quantidade de insumos ou recursos que um indivíduo possui, mas considera a capacidade do indivíduo de converter recursos em resultados, algo considerado valioso para o indivíduo (Kato et al., 2017).

Os conceitos de “capacidades” e “efetivações” são centrais na Teoria das Capacidades. As capacidades de uma pessoa consistem na liberdade substantiva de realizar combinações de alternativas de “funcionamentos/efetivações”, de maneira de “estar bem”. A ideia de “capacidades” opera em duas perspectivas: o “bem-estar realizado”, que é medido pelas “efetivações”, o estar bem de diferentes maneiras, e o “bem-estar potencial” ou viável, que é medido por “capacidades”, considerada como um conjunto de efetivações, que potencializa o estar bem. O autor (Sen, 2010) argumenta que as “instituições” devem ser avaliadas a partir da contribuição delas na expansão e garantia das liberdades substantivas, as capacidades.

A filósofa, colega e colaboradora de Amartya Sen, Martha Nussbaum defende uma lista de “capacidades centrais” que são essenciais para qualquer ser humano viver uma vida digna. Kato, Ashley e Weaver (2017) destacam que não há listagem de capacidades ou efetivações universalmente aceitas, mas que diversas propostas são apresentadas por outros trabalhos. Vale ressaltar, contudo que a lista de Capacidades de Nussbaum é considerada por Anand et al. (2009), a tentativa mais concreta de fornecer uma explicação das capacidades substantivas, levando em conta especialmente as alegações de abrangência e universalidade.

É relevante registrar que os pesquisadores Kato, Ashley e Weaver (2017) indicam que a abordagem das capacidades tem um potencial de utilização na avaliação de projetos sociais ou empreendimentos sociais, pois segundo os autores a abordagem das capacidades tem a qualidade de ser particularmente perspicaz para a mensuração do valor social por meio da: inclusão do contexto social; a capacidade de medir com base na perspectiva do beneficiário; permite que as pessoas descrevam o que é desejado e valorizado, o que está disponível e o que pode ser alcançado em relação ao bem-estar; ter a capacidade de visão holística da vida

de um beneficiário; pode ajudar a incluir informações sobre como um projeto pode afetar a vida de uma população-alvo sob a perspectiva dos beneficiários (Kato et al., 2017).

Diversos estudos empíricos realizados utilizando a Abordagem das Capacidades, permitem identificar a utilização da referida abordagem nas mais diversas formas, considerando estratégias metodológicas, tipos de coleta e análise de dados, assim como contextos demográficos diferentes em que foram aplicados (Martinetti, 2000; Lelli, 2001; Anand; Van Hees, 2006; Anand; Santos; Smith, 2007; Anand et al., 2009; Anand et al. 2011; Van Ootegem; Verhofstadt, 2012; Rippin, 2016; Mitchell et al., 2017; Anand et al., 2020).

MEDIDA DE BEM-ESTAR DE PAUL ANAND ET AL. (2011)

Paul Anand, em parceria com diversos autores, vem desenvolvendo um questionário para mensuração de bem-estar social, desde 2006, executando a cada aplicação melhorias na ferramenta de pesquisa no processo de construção científica.

Anand, Krishnakumar e Tran (2011) contribuem para a operacionalização da abordagem para a economia do bem-estar, desenvolvendo e analisando dados sobre as liberdades dos adultos na Argentina. Os autores desenvolvem uma medida resumida de Capacidade (Q), fazendo às pessoas uma variedade de perguntas sobre suas oportunidades, habilidades e restrições em uma ampla variedade de domínios da vida (dimensões). Os dados utilizados derivam de uma amostra nacional de 976 adultos, em cinco áreas urbanas da Argentina, que receberam, em 2007, a versão do instrumento de pesquisa desenvolvido especificamente por Anand et al. (2009) para medir capacidades em uma ampla gama de domínios da vida, cuja publicação dos resultados deu-se em 2009.

Buscando aperfeiçoar o desenho do modelo, Anand e seus colegas (Anand et al., 2011) propõem relações de influência indicando que a resposta à questão das capacidades é uma avaliação subjetiva e que é provável que ela seja influenciada pela personalidade de um indivíduo, características sociodemográficas e experiências de vida anteriores (Anand et al., 2011).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Numa perspectiva epistemológica, em princípio, os fenômenos sociais podem ser definidos em termos individuais e, num entendimento da ontologia do fenômeno social, entende-se que os fenômenos sociais são causados por indivíduos (Sell, 2016). Assim, partindo-se do individualismo ontológico, epistemológico e metodológico do conceito e do fenômeno social, esta pesquisa utiliza nos princípios do pensamento social de Max Weber (1994) – individualismo metodológico – no sentido que conceitos coletivos são construções metafóricas para descrever ações similares ou conjunta de indivíduos.

Quanto ao entendimento do fenômeno Empreendedorismo Social, este trabalho parte do entendimento da Escola Anglo-saxã (Defourny; Nyssens, 2011; Hoogendoorn et

al., 2010; Petrini et al., 2016) em que o empreendedorismo social se refere principalmente às atividades econômicas que atendem a um objetivo social, independentemente da estrutura legal ou setor. Dessa forma, os empreendimentos sociais participantes da fase empírica desta pesquisa, possuem como objetivo central a criação de valor social, não havendo restrição quanto à sua forma legal de constituição ou se constituem-se como organizações sem fins lucrativos ou híbridos – sejam OS; Organização Não Governamental (ONG); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organização da Sociedade Civil (OSC).

Classifica-se esta pesquisa quanto ao objetivo, do tipo descritiva, quantitativa, quanto ao processo da pesquisa – maneira pela qual se coletará e analisará os dados focada na mensuração de um fenômeno (Collis; Hussey, 2005). Trata-se de um Survey Interseccional (Barbie, 2005) cujo objetivo é exploratório-descritivo, que se tem como unidade de análise “os beneficiários de ações de empreendimentos sociais”, assim tal questionário proposto por Anand et al. (2011) se mostra claramente como um “survey de experiências” (Gil, Reis Neto, 2021), isto é, um questionário onde se tenta quantificar em escalas percepções ou experiências “qualitativas”. Como método de coleta de dados, utilizou-se de a) questionário aplicado por meio de distribuição em grupo (Collis; Hussey, 2005), utilizado para coleta de informações no “Questionário de Medida de Bem-Estar”, que possibilitou a aplicação da ferramenta de pesquisa em grupos.

A ferramenta de coleta de dados, com 61 questões (42, sobre percepção de Capacidades; 7, Indicadores Sociodemográficos; 12, sobre experiências passadas e 10 de traços de personalidade) tiveram suas questões submetidas aos respondentes na mesma estrutura e sequenciamento utilizados pelos autores Anand et al. (2011). Dentre as 42 questões sobre percepção de capacidade, as questões C1, C16, C17, C20 a C29 e C32 e C33, tiveram seus valores invertidos, tendo em vista que possuem conotação negativa quanto à percepção de capacidades. Os valores omissos foram substituídos pela média do grupo de respondentes, para a referida questão.

A ferramenta de coleta de dados elaborada, em versão original na língua inglesa, por Anand et al. (2011), foi traduzida para o português e intitulada “Questionário de Medida de Bem-Estar”. Para adequação da ferramenta, visando a aplicação à respondentes brasileiros, fez-se uso do método de tradução “Back Translation, que para Deliza, Rosenthal e Costa (2003, p. 44), “esta técnica garante tradução mais precisa e confiável do instrumento”.

Ao todo, foram aplicados 181 questionários. Foi arbitrado pelo pesquisador que questionários que apresentarem questões não respondidas (valores omissos) superior a 15% do total de questões da escala de mensuração de bem-estar de Anand et al. (2011) serão invalidados, ou seja, serão excluídos da amostra os questionários que apresentarem 6 ou mais questões não respondidas, o que levou à exclusão de 7 questionários. Assim, a amostra final utilizada na pesquisa corresponde a 174 formulários válidos, dos quais 78 respondentes eram pessoas em situação de rua beneficiárias do IMH/CCPOP [1]; 28, jovens de área rural do litoral leste do Ceará, beneficiadas pela ADEL [2]; 37, crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade em situação de vulnerabilidade social do ABC Modubim [3]. E, 31 pessoas,

em sua maioria mulheres, em situação de vulnerabilidade social que vivem na área urbana do município de Pacajús, beneficiárias de um programa de desenvolvimento de competências de empreendedorismo através do Projeto Cajulab, com apoio da Social Brasilis [4].

Para análise estatística dos dados obtidos, utilizou-se o pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e AMOS. Foi realizada a análise fatorial exploratória, e a partir do teste de *Kayser, Meyer, Olkin* (KMO), as respostas serão submetidas às análises estatísticas de componentes principal com rotação ortogonal para verificação da validade. As respostas dos participantes foram submetidas à análise dos eixos principais com rotações oblíquas (*promax*) e ortogonal (*varimax*), a primeira para testar as intercorrelações entre os fatores e a segunda para extraí-los, a partir de cargas fatoriais superiores a 0,45, considerando sugestão de Hair et al. (2009) para amostra inferior a 200 observações e autovalores superior a 1,0.

Como estratégia metodológica, para identificar o melhor número de fatores foi executada a *Minimum Average Partial* (MAP) de Velicer (1976) e Análise Paralela (Parallel Analysis) de O'Connor (2000) e Ledesma e Valero-Mora (2007). Para efetuar a análise paralela foi utilizado o algoritmo de O'Connor (2000) como sintaxe no IBM SPSS *Statistics* v. 20.0. Uma vez realizada a validação do *construto*, foi realizado o exame de fidedignidade da escala, obtido pelo Coeficiente Alfa de Cronbach (α).

O índice de Liberdade/bem-estar pessoal foi calculado pela média aritmética das respostas às questões do Questionário de Pesquisa, resultantes após análise fatorial. E o cálculo do índice de cada Capacidade Essencial pela média aritmética das questões que estão relacionadas a cada *construto*.

Após tais procedimentos, e considerando a afirmativa de Anand et al. (2011) que traços de personalidade e experiências passadas tem relação com a percepção dos indivíduos sobre seu bem-estar, realizou-se a Análise de Regressão Linear Múltipla.

No modelo, o índice de bem-estar, calculado a partir da média aritmética das variáveis resultantes do modelo foi utilizada como variável dependente na Análise de Regressão Múltipla, e as variáveis: experiências passadas: média aritmética das 12 questões; 5 traços de personalidade; variáveis sociodemográficas; renda; situação de trabalho; situação de domicílio; sexo; raça, como variáveis independentes.

Em seguida, foi realizada teste de médias – ANOVA, visando verificar se há diferenças na percepção de liberdade/bem-estar entre os grupos de respondentes.

RESULTADOS DA PESQUISA

ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

A estatística KMO, uma medida de adequação da amostra, tem o valor de 0,737, o que nos leva a afirmar que a análise dos fatores é apropriada para esses dados. O teste de

Esfericidade de Bartlett apresentou resultado significativo ($p < 0,001$) indicando a existência de relacionamento entre as variáveis em análise. Os resultados indicaram que apenas 2 fatores geraram um coeficiente superior a 0,7. Adicionado aos resultados do Coeficiente de Confiabilidade, registra-se que os *construtos* gerados não foram conceitualmente suportados pela literatura considerando a relação entre variáveis agrupadas em 11 dos 13 *construtos*.

Considerando os resultados foi realizado o Método MAP de Velicer (1976) para definir o melhor número de fatores a serem extraídos (Garrido; Abad; Ponsoda, 2011). Ao executar a *Syntax* na base de dados, para a amostra estudada, o modelo sugere que o número de componentes de acordo com o teste MAP original (1976) e teste MAP revisado (2000) é de 4 fatores. Assim, diante da divergência entre o número de fatores gerados em uma Análise Fatorial Exploratória (13 fatores) e o Método MAP (4 fatores), realizou-se o Método de Análise Paralela (Parallel Analysis) de O'Connor (2000) e Ledesma; Valero-Mora (2007) (Garrido; Abad; Ponsoda, 2011). Para efetuar a análise paralela, foi utilizado o algoritmo de O'Connor (2000) como sintaxe no IBM SPSS Statistics v. 20.0.

Para a amostra estudada, o método de Análise Paralela, propõe a extração de 4 fatores. Corroborando com os resultados do Método MAP. A partir desses resultados, realizou-se a Análise Fatorial Exploratória, pelo método PROMAX e VARIMAX, através da extração dos fatores a partir do critério de autovalor superior a 1 e número de fatores igual a 4.

A matriz de componentes realizou a exclusão de todas as variáveis com carga menor que 0,45. Registra-se que o resultado de ambos os métodos de rotação (promax e varimax), resultou em igual agrupamento de fatores. Em seguida, visando analisar confiabilidade dos *construtos*, foi realizado o teste de Alfa de Cronbach.

Tabela 1 – Teste de confiabilidade

Construto	Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach baseado em itens padronizados	Número de variáveis
Fator 1 - Afiliação	,900	,901	10
Fator 2 – Controle sobre o Ambiente	,748	,758	10
Fator 3 – Segurança Física e Emocional	,283	,645*	5
Fator 4 - Trabalho	,588	,607	5

Fonte: elaboração própria

Nota:* O coeficiente após a exclusão da variável C32. Coeficiente Alfa de Cronbach com 6 variáveis tem valor de ,399

Hair et al. (2009) destacam que o escore de confiabilidade de uma escala, medido pelo Alfa de Cronbach, deve exceder uma referência de 0,70, os autores afirmam, contudo, que em pesquisas exploratórias um nível de 0,60 pode ser utilizado. Diante do exposto, todos os 4 fatores gerados, atendem ao requisito de avaliação de consistência entre as múltiplas medidas de uma variável.

O Fator 1, Afiliação, relaciona-se com a Capacidade Essencial de Nussbaum (2003), Afiliação, no entendimento de ser capaz de ter bases sociais de autorrespeito e não humilhação, sendo tratado como um ser digno cujo valor é igual ao dos outros.

Nomeia-se o Fator 2 como Controle sobre o Ambiente, em relação a definição proposta por Nussbaum (2003) de ser capaz de fazer escolhas acerca das questões diversas que governam a vida do indivíduo: trabalho, política, religião, expressão e associação.

O Terceiro Fator foi denominado Segurança Física e Emocional, que tem referência na teoria de Nussbaum (2003) agrupando o conceito de 02 Capacidades Essenciais: [1] Integridade física, quanto a sensação de segurança – estar seguro contra-ataques violentos; [2] Emoções, definido como a percepção de não ter o desenvolvimento emocional arruinado pelo medo e pela ansiedade. A variável C32 (Você recentemente tem perdido muito sono por causa de preocupação?) foi extraída no Fator 3 (Carga Fatorial = -,483), contudo foi excluída do modelo, após teste de confiabilidade através do Coeficiente Alfa de Cronbach relatar uma maior confiabilidade do fator, caso sua exclusão.

O Fator 4 foi denominado Trabalho, tendo como base teórica as Capacidade Essenciais de Nussbaum (2003), esse fator estaria relacionado à Capacidade Controle sobre o Meio, no que concerne a definição: no trabalho, ser capaz de trabalhar como ser humano, exercitando sua razão prática e estabelecendo relações significativas de reconhecimento mútuo com os outros trabalhadores.

Quadro 2 – Escala de bem-estar social para empreendimentos sociais

Fatores	Variáveis
Afiliação	CP22 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de seu gênero?; CP25 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua raça?; CP26 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de sua orientação sexual?; CP21 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua orientação sexual?; CP28 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro você será discriminado por causa de sua religião?; CP27 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado por causa de seu gênero?; CP23 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua religião?; CP20 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa de sua raça?; CP29 - Fora de qualquer situação de emprego ou trabalho, você acha que no futuro será discriminado contra por causa da sua idade? E CP24 - Ao procurar trabalho no futuro, qual a probabilidade de você sofrer discriminação por causa da sua idade?

Fatores	Variáveis
Controle sobre o ambiente	CP31 - Eu respeito, valorizo e aprecio outras pessoas; CP4 - Sou livre para praticar minha religião como quiser; CP19 - Você já procurou emprego?; CP38 - Com que frequência você avalia, se é que avalia, como você conduz sua vida e para onde você está indo na vida?; CP3 - Eu posso participar das atividades políticas que afetam minha vida se eu quiser; CP2 - Sou livre para expressar minhas opiniões políticas; CP36 - Com que frequência você usa sua imaginação e/ou raciocínio no seu dia a dia?; CP37 - Eu tenho um plano claro de como quero que minha vida seja; E CP8 - Aprecio e valorizo plantas, animais e o mundo da natureza
Segurança Física e Emocional	CP14 - Por favor, indique o quão seguro você se sente andando sozinho nos arredores de sua casa durante o dia?; CP15 - Indique como você se sente seguro andando sozinho nos arredores de sua casa depois de escurecer; CP34 - Você recentemente tem desfrutado de suas atividades de lazer?; CP33 - Você recentemente tem se sentido sob tensão?; E CP6 - Atualmente, quão fácil ou difícil é para você desfrutar do amor, cuidado e apoio de sua família imediata?
Trabalho	CP42 - No trabalho, você é tratado com respeito?; CP41 - Até que ponto seu trabalho faz uso de suas habilidades e talentos?; CP13 - Você recentemente tem pensado em si como uma pessoa sem valor?; CP30 - Você costuma achar fácil ou difícil se relacionar com seus colegas de trabalho?; e CP35 - A sua moradia atual é adequada ou inadequada a suas necessidades atuais?

Fonte: elaboração própria.

A partir de tal modelo, realiza-se a Análise de Regressão Linear Múltipla, tendo como variável dependente Índice de Bem-Estar, e as variáveis: (1) experiências passadas – média aritmética das 12 questões; (2) 5 traços de personalidade e c) variáveis sociodemográficas (3) renda, (4) situação de trabalho, (5) situação de domicílio, (6) sexo e (7) raça, como variáveis independentes.

REGRESSÃO LINEAR: RELAÇÃO ENTRE BEM-ESTAR E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

No modelo tem-se como variável dependente o índice de bem-estar e como variáveis preditoras (1) os 5 traços de personalidade de Gosling e Rentfrow (2003), (2) experiências passadas, e variáveis sociodemográficas: (3) renda, (4) situação de trabalho, (5) situação de domicílio, (6) sexo e (7) raça.

Tabela 2 – Sumário do modelo de regressão

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Erro padrão das Estimativas	Estatística de Mudança					Durbin-Watson
					R ² Mudança	F Mudança	df1	df2	Sig. F Mudança	
1	,594 ^a	,353	,253	,41992	,353	3,527	19	123	,000	1,729

Fonte: elaboração própria

Considerando o valor do R^2 pode-se afirmar que 35% da variação da variável dependente são explicadas por variações nas variáveis independentes. Afirma-se ainda, pelos resultados da Anova ($F=3,527$, valor- $p=0,000$), que o modelo adere de forma significativa aos dados.

Tabela 3 – Coeficientes de regressão entre índice de bem-estar social e variáveis de traços de personalidade, experiências passadas e sociodemográficas

Modelo	Coeficientes não Padronizados		Coeficiente Padronizado	t	Sig.	95,0% Intervalo de confiança para B	
	B	Erro padrão	Beta			Limite Inferior	Limite Superior
(Constant)	2,666	,228		11,712	,000	2,215	3,117
Traço de Personalidade - Extroversão	,035	,019	,145	1,858	,066	-,002	,073
Traço de Personalidade – Emocionalmente Estável	-,042	,020	-,167	-2,103	,037	-,082	-,002
Experiências Passadas	-,784	,155	-,403	-5,055	,000	-1,091	-,477

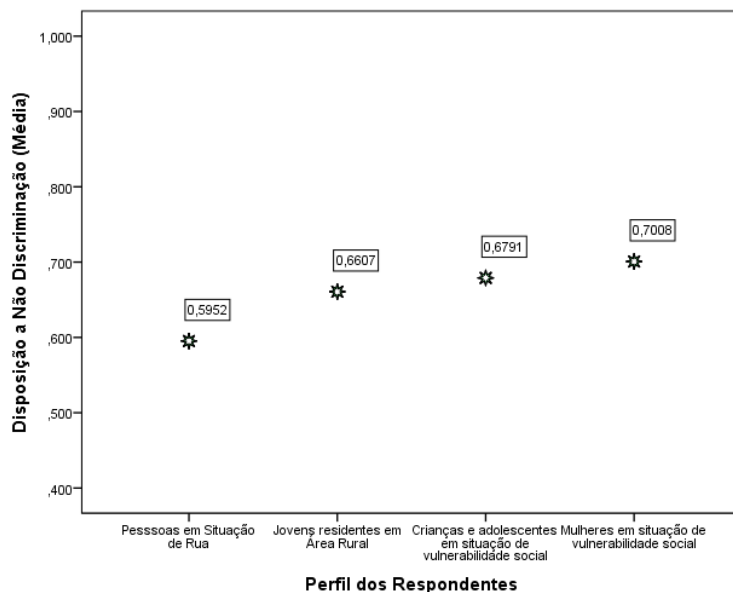
Fonte: elaboração própria.

Os resultados corroboram com Anand et al. (2011) de que a percepção de bem-estar é influenciada pelos traços de personalidade do respondente. A relação indica que quanto maiores os traços de personalidade de extroversão, maior a percepção de liberdade do indivíduo. O inverso acontece entre aqueles com valores maiores nos traços de personalidade relacionados a estabilidade emocional, se menos estável, maior a percepção de liberdade. Registra-se ainda que, aqueles que tem experiências anteriores negativas, tendem a ter uma percepção de liberdade menor. Esses resultados são importantes, visto que na proposição do indicador de bem-estar social, seu modelo deverá considerar as influências dos traços de personalidade e das experiências passadas, para mensuração da percepção de liberdade.

ÍNDICE DE BEM-ESTAR SOCIAL/LIBERDADE

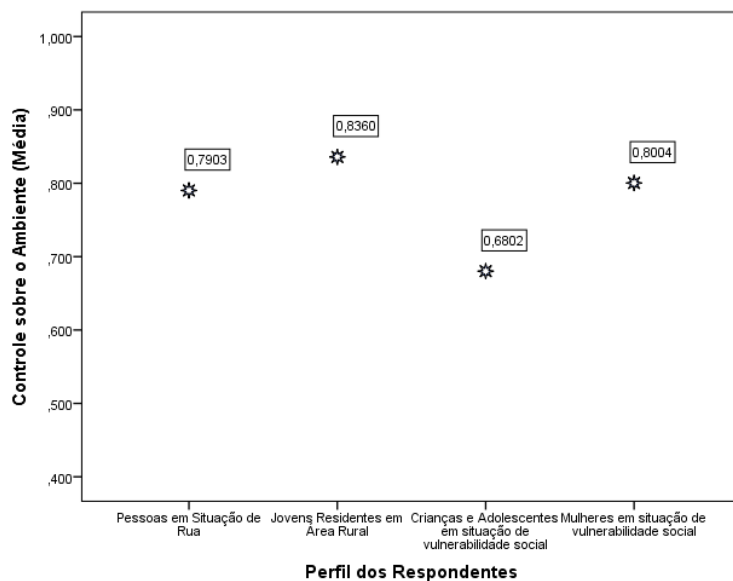
Visando analisar a sensibilidade da ferramenta de pesquisa para comparar grupos diversos, com níveis de capacidade, liberdades ou bem-estar diferentes, foi realizado teste de médias – ANOVA, comparando as médias das percepções dos respondentes dos seguintes empreendimentos: [1] IMH/CCPOP [2] ADEL [3] IMH/ABC MODUBIM [4] CAJULAB/SOCIAL BRASILIS. Nesta fase da pesquisa, parametrizou-se as variáveis para valores de 0 a 1, proporcionando um índice de fácil compreensão sobre seus limites mínimo e máximo. Cada variável corresponde à média aritmética das respostas às questões de cada *construto*.

Figura 1 – Afiliação: média por perfil de respondente



Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Controle sobre o ambiente: média por perfil de respondente



Fonte: elaboração própria.

Quanto à capacidade relacionada à Afiliação, tem-se um indicador de 0,5952 entre as pessoas em situação de rua; 0,6607 entre jovens residentes em área rural; 0,6791 entre

crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e 0,7008 entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os resultados da estatística descritiva indicam que as [1] pessoas em situação de rua possuem percepção menor relacionada a *Afiliação*, cujas características estão relacionadas especialmente à disposição a não discriminação. Contudo, o teste de média – ANOVA – a partir do teste Turkey HSD – não foi registrada diferença significativa entre as médias.

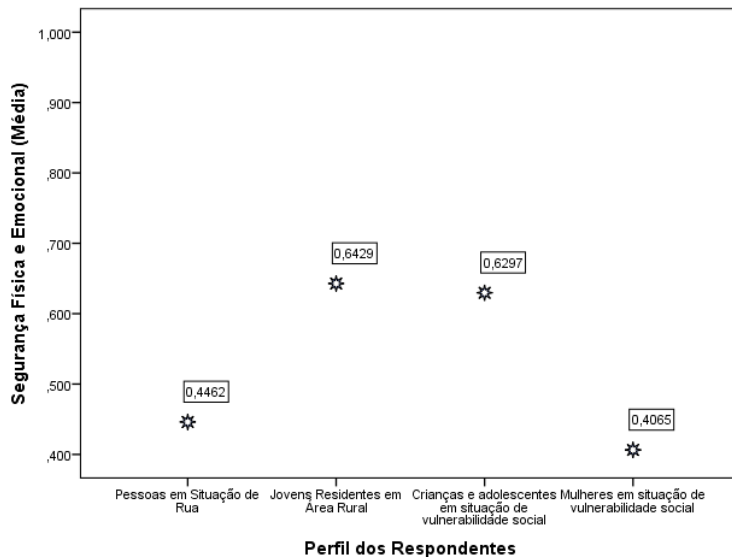
Por meio dos dados da pesquisa, gerou-se um indicador de Controle sobre o Ambiente de 0,7903 entre as pessoas em situação de rua; 0,8360 entre jovens residentes em área rural; 0,6802 entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e 0,8004 entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. A estatística descritiva indica uma média menor da capacidade *Controle Sobre o Ambiente*, entre as [3] crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em relação aos demais grupos pesquisados. *Controle sobre o Ambiente* significa a capacidade de fazer escolhas políticas que governam a vida de uma pessoa; tendo o direito de participação política, proteções de liberdade de expressão e associação; ser capaz de possuir bens. Por meio do teste de média – ANOVA – registra-se que a capacidade *Controle sobre o Ambiente* são, em média, significativamente menores entre as [3] crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em relação aos demais grupo de respondentes.

Sanches (2015, p. 13) afirma que

O regime das incapacidades para o exercício pessoal de determinados direitos, previsto nas normas civis, em face da ausência de discernimento ou imaturidade dos doentes psíquicos e os menores de determinada idade, tendo como finalidade precípua o intuito de resguardar o patrimônio do incapaz e a segurança das relações jurídicas, dificultou o reconhecimento de que seus interesses deveriam subordinar a família, sociedade e o Estado.

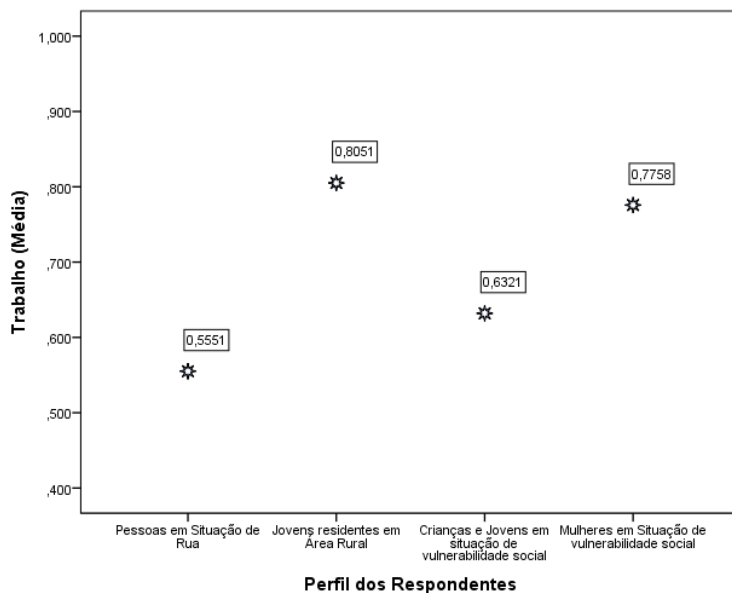
Os resultados da pesquisa corroboram com a afirmação de Sanches (2015), indicando que a percepção das [3] crianças e jovens respondentes no que concerne ao exercício de sua liberdade de escolha sobre as questões que governam sua vida é menor que entre os demais grupos pesquisados cujo perfil etário pode ser considerado de adultos.

Figura 3 – Segurança física e emocional: média por perfil de respondente



Fonte: elaboração própria.

Figura 4 – Trabalho: média por perfil de respondentes



Fonte: elaboração própria.

A partir dos dados da pesquisa, tem-se um indicador da capacidade Segurança Física e Emocional de 0,4462 entre as pessoas em situação de rua; 0,6429 entre jovens residentes em área rural; 0,6297 entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

e 0,4065 entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os resultados da estatística descritiva indicam que as [1] pessoas em situação de rua e, em especial as [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social tem em média, menor percepção de *Segurança física e emocional*. Resultados da ANOVA indicam, primeiro que, a percepção das [1] pessoas em situação de rua e das [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social, não são significativamente diferentes. Indicam ainda que a percepção sobre esta capacidade entre as [3] crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e os [2] jovens residentes em área rural também não são significativamente diferentes. Mas identifica-se que as [1] pessoas em situação de rua e as [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social têm médias significativamente diferentes e menores, em relação aos outros 2 grupos amostrais.

Os dados corroboram com a pesquisa de Moura Júnior, Ximenes e Sarriera (2013) cujo objetivo foi de analisar as práticas discriminatórias e suas consequências experienciadas por pessoas em situação de rua de Fortaleza-Brasil. Os resultados da pesquisa indicaram que os participantes se sentem agredidos, humilhados e envergonhados, podendo agir violentamente, criativamente e solidariamente como forma de enfrentar essas práticas de opressão.

Confirmam ainda com os resultados da pesquisa de Brilhante et al. (2016) que destacam como conclusão de seu estudo bibliométrico, que a bibliometria ratificou que as mulheres se encontram em mais situações de violências, apesar da referência às crianças e adolescentes, homossexuais e homens.

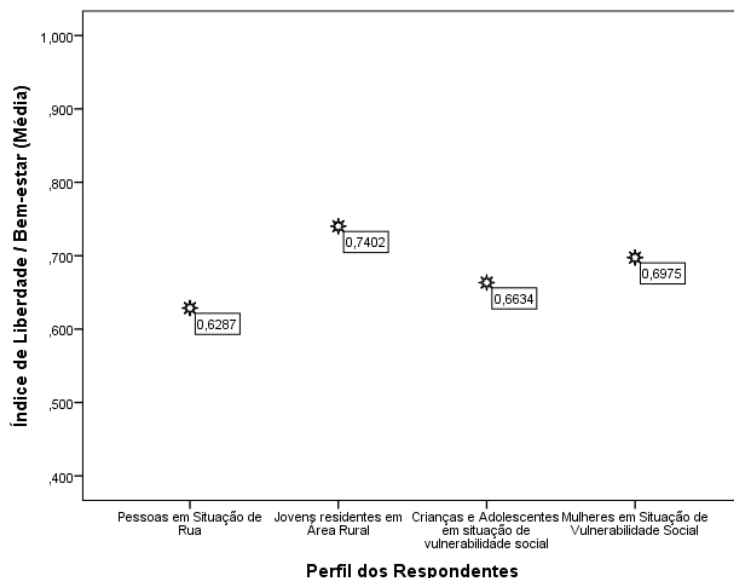
Quanto à capacidade relacionada ao Trabalho, tem-se um indicador de 0,5551 entre as pessoas em situação de rua; 0,8051 entre jovens residentes em área rural; 0,6321 entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e 0,7758 entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os resultados da estatística descritiva identificam que o grupo de [1] pessoas em situação de rua e [3] crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social tem em média percepção inferior da capacidade de trabalho em relação aos demais grupos da pesquisa.

Os resultados da ANOVA permitem afirmar que em média, a percepção da capacidade trabalho entre [1] pessoas em situação de rua e [3] crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social são significativamente menores que os [2] jovens residentes em áreas rurais e [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Os resultados corroboram com pesquisas (Gonçalves; Monte, 2019; Rocha; Góis; 2010; Simplicio; Andrade, 2018); acerca da inserção dos jovens no mercado de trabalho, destacando que aqueles que buscam o primeiro emprego encontram maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, devido, basicamente, à falta do atributo experiência.

Quanto às pessoas em situação de rua, Mattos, Heloane e Ferreira (2008) afirmam que a relação que se estabelece entre situação de rua e trabalho é bastante complexa. Destacam ainda que uma vez em situação de rua, o trabalhador permanece à procura de trabalho formal e regular, de preferência assalariado. Entretanto, dadas as poucas possibilidades oferecidas no mercado de trabalho, a pessoa em situação de rua passa a desenvolver uma série de atividades laborais, ou como em sua linguagem cotidiana realizar diversos outros “bicos”/“corre”.

Figura 5 – Liberdade/bem-estar/valor social: média por perfil de respondente



Fonte: elaboração própria.

O índice de Liberdade/ bem-estar/valor social é representado pela média aritmética das variáveis que compõem os *construtos* das capacidades. A análise dos dados gerou um índice de valor social de 0,6287 entre as pessoas em situação de rua; 0,7402 entre jovens residentes em área rural; 0,6634 entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e 0,6975 entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. A partir da estatística descritiva, verifica-se que em média, a percepção de Liberdade/bem-estar é superior entre os [2] jovens residentes em área rural (0,7402). Os resultados da ANOVA permitem afirmar que aos [2] jovens residentes em área rural e as [4] mulheres em situação de vulnerabilidade social tem, em média, percepção de liberdade /bem-estar maior que os demais grupos de respondentes.

Tais diferenças, considerando o perfil sociodemográfico dos beneficiários, possuem resultados que encontram fundamentação na literatura dos estudos das ciências sociais em temáticas relacionadas a discriminação de gênero e estudos relacionados às vivências de pessoas em situação de rua. Desta forma, os resultados levam a afirmar que a utilização da ferramenta adaptada, com a proposição de 4 *construtos* e 30 questões, possibilitaria, a partir de estratégias longitudinais, o cálculo de um indicador de bem-estar/criação de valor social a ser utilizado pelos empreendimentos sociais como ferramenta para mensuração da criação de valor social entre os seus beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou como objetivo de pesquisa a proposição de uma ferramenta para medir a criação de valor social por empreendimentos sociais, baseado na Abordagem das

Capacidades de Amartya Sen. Para tanto, utilizou-se ferramenta traduzida de Anand *et al.* (2011) – Questionário de Medida de Bem-Estar – em beneficiários de 4 Empreendimentos Sociais, cujos perfis são: [1] pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza-CE; [2] Jovens residentes em área rural do Ceará; [3] Jovens em situação de vulnerabilidade social de Fortaleza-CE e [4] Mulheres em situação de vulnerabilidade social residentes em um Distrito Industrial do Ceará.

A partir dos testes estatísticos aplicados aos resultados das respostas ao Questionário de Medida de Bem-Estar de Anand *et al.* (2011), em uma amostra de 174 respondentes de 4 Empreendimentos Sociais, propõe-se uma ferramenta estatisticamente validada com 31 questões relacionadas aos *construtos*: [1] Afiliação; [2] Controle sobre o ambiente; [3] Segurança Física e Emocional; [4] Trabalho. As respostas as questões, foram parame-trizadas para que o índice proposto, seja exposto em uma escala de 0 a 1, permitindo a fácil compreensão pelos *stakeholders* do nível de bem-estar dos beneficiários de um Empreendimento Sociais.

Realizou-se ainda Análise de Regressão, visando testar a afirmativa de Anand *et al.* (2011) de que variáveis relacionadas aos traços de personalidade dos respondentes e suas experiências anteriores, impactam na percepção de bem-estar dos respondentes. E os resultados obtidos corroboraram com as pesquisas de Anand *et al.* (2011) e evidenciaram que quanto maiores os traços de personalidade relacionados a extroversão, maior a percepção de bem-estar social, em contraponto quanto maiores os traços de personalidade relacionados a estabilidade emocional, menor a percepção de bem-estar social. Assim como, quanto mais negativas as experiências passadas, menor a percepção de bem-estar do respondente. Este teste é relevante pois proposições futuras de um indicador criação de bem-estar social/valor social, as referidas variáveis de traços de personalidade e experiências passadas devem ser consideradas no modelo de mensuração.

Foi feito ANOVA para comparação das médias de bem-estar entre os grupos de respon-dentes. Verificou-se nesta fase que a ferramenta de pesquisa é sensível à percepção de capacidades de grupos socioeconômicos diversos, tanto no nível de indicador geral de capa-cidades, como considerando individualmente cada capacidade essencial. Registra-se ainda que as diferenças de percepção de bem-estar, entre os grupos de respondentes deste trabalho, encontram justificativas respaldadas na literatura que versam sobre as pessoas em situação de rua; liberdades civis de crianças e jovens; situação de vulnerabilidade e violência de gênero.

Os resultados das análises estatística da ferramenta mostram que a medir o valor social de ações desenvolvidas por uma iniciativa é uma possibilidade real de medir o efeito desta ação, saindo das medições de entradas (*input*, recursos gastos, investidos) e de processo (número de ações, pessoas, treinamentos) sem usar a narrativa criada sobre a palavra “impacto”. Dessa maneira, além de contribuir para a literatura sobre a discussão de valor social, que pode ser aplicado desde ação e políticas públicas até pequenas ações de umas iniciativas comunitárias, privadas ou sociais, este trabalho contribui também gerencialmente para que diversos tipos de organizações possam identificar e propor medições de seus efeitos, usando um conceito mais sólido academicamente e ao mesmo tempo prático e aplicável.

Entende-se como relevante, registrar limitações da pesquisa, referente a situação de crise sanitária vivenciada a partir do mês de março de 2020, quando se propunha a coleta de dados primários, possível apenas por meio de aplicação de questionário individualmente ou em pequenos grupos, que foi inviabilizada devido às orientações do órgão de saúde estaduais e municipais na indicação de medidas de isolamento social. Apresenta-se como sugestão de pesquisas futuras a proposição de um indicador de criação de valor social, que a partir da ferramenta de pesquisa proposta por este trabalho, possa medir de forma longitudinal, com a utilização de grupos de controle, a criação de valor social pelos Empreendimentos Sociais.

REFERÊNCIAS

- ABU-SAIFAN, S. Social Entrepreneurship: Definition and Boundaries. *Technology Innovation Management Review*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 22-27, 2012. DOI: <http://doi.org/10.22215/timreview/523>
- ANAND, P., VAN HEES, M. Capabilities and achievements: An empirical study. *The Journal of Socio-Economics*, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 268-284, 2006.
- ANAND, P.; SANTOS, C.; SMITH, R. *The measurement of capabilities*, *Open Discussion Papers in Economics*. Milton Keynes: The Open University, Economics Department, 2007.
- ANAND, P. *et al.* The development of capability indicators. *Journal of Human Development and Capabilities*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 125-152, 2009.
- ANAND, P.; KRISHNAKUMAR, J.; TRAN, N. B. measuring welfare: latent variable models for happiness and capabilities in the presence of unobservable heterogeneity. *Journal of Public Economics*, [s. l.], p. 205-215, 2011. DOI: 10.1016/j.jpubeco.2010.11.007
- ARENA, M. *et al.* Performance measurement for social enterprises. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 649-672, 2015.
- ANAND, P.; JONES, S.; DONOGHUE, M.; TEITLER, J. Non-Monetary Poverty and Deprivation: A Capability Approach. *Journal of European Social Policy*, [s. l.], v.31, n.1, p.78-91, 2020.
- AROGYASWAMY, B. Social entrepreneurship performance measurement: A time-based organizing framework. *Business Horizons*, [s. l.], v. 60, n. 5, p. 603-611, 2017.
- AUERSWALD, P. Creating social value. *Stanford Social Innovation Review*, [s. l.], v.7, n.2, p.51-55, 2009. DOI:<https://doi.org/10.48558/QT6X-TX86>
- AUSTIN, J. *et al.* Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006.
- BARBIE, E. *Métodos de Pesquisa de survey*. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BERNARDINO, S. *et al.* Contributo do Empreendedorismo Social para o Desenvolvimento de Cabo Verde: Um Estudo Exploratório. *International Journal of Innovation*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 132-155, 2017.

BOUTILLIER, S. L'entrepreneur social, un entrepreneur socialisé dans une société entrepreneuriale? *Humanisme et Entreprise*, [s. l.], v. 5, n. 290, p. 41-60, 2008. DOI 10.3917/hume.290.0041.

BOUTILLIER, S. Aux origines de l'entrepreneuriat social. Les affaires selon Jean Baptiste André Godin (1817-1888). *Innovations*, [s. l.], v. 2, n. 30, p. 115-134, 2009. DOI 10.3917/inno.030.0115

BRILHANTE, A. V. M. *et al.* Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. *Saúde e Sociedade*, [s. l.], v. 25, p. 703-715, 2016.

BROUARD, F. L'entrepreneuriat social, mieux connaître le concept. *In: COLLOQUE ANNUEL DU CONSEIL CANADIEN DES PME ET DE L'ENTREPRENEURIAT (CCPM), 23.; ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN COUNCIL FOR SMALL BUSINESS AND ENTREPRENEURSHIP (CCSBE), 23., 2006, Ottawa, Canadá. Anais [...]. Ottawa, Canadá: Sprott Research Program, 2006. p.1-12.*

BROUARD, F.; LARIVET, S.; SAKKA, O. Défis et actions pour développer l'entrepreneuriat social. *La Revue des Sciences de Gestion*, [s. l.], v. 3, n. 255/256, p. 17-22, 2012. DOI 10.3917/rsg.255.0017

CERTO, S. T.; MILLER, T. Social entrepreneurship: Key issues and concepts. *Business Horizons*, [s. l.], v. 51, p. 267-271, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2008.02.009>

CHOI, N.; MAJUMDAR, S. Social entrepreneurship as an essentially contested concept: Opening a new avenue for systematic future research. *Journal of Business Venturing*, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 363-376, 2014.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMINI, G. *et al.* A three-pronged approach to social business: a Brazilian multi-case analysis. *R.Adm.*, São Paulo, v.47, n.3, p.385-397, Sept.2012.

DAVIS, S. M. Social entrepreneurship: towards an entrepreneurial culture for social and economic development. *Prepared by Request for the Youth Employment Summit*, [s. l.], Sep. 2002.

DEES, J. G. The Meaning of Social Entrepreneurship. *Caseatduke*, [s. l.], 2001. Disponível em: http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf. Acesso: 15 mar. 2018.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. Approches européennes et américaines de l'entreprise social: une perspective comparative. *Revue Internationale de L'économie Sociale*, [s. l.], n. 319, p. 18-35, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7202/1020805ar>

EMERSON, J.; CAJAB, M. Social Return On Investment. *Making Waves*, [s. l.], v.11, n.2, p.10-14, 2001.

FELÍCIO, J. A. *et al.* da. Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects. *Journal of Business Research*, [s. l.], v. 66, n. 10, p. 2139-2146, 2013.

FERRI, E.; URBANO, D. Social Entrepreneurship And Environmental Factors: A Cross-Country Comparision. *Research Work International Doctorate in Entrepreneurship and Business Management Department of Business Economics & Administration*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2011.

FRONDIZI, R. *Qué son los valores?* Introducción a la axiología. 6. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

GAIOTTO, S. A. V. Empreendedorismo Social: Estudo Bibliométrico Sobre a Produção Nacional e Internacional. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 1-24, 2016.

GARRIDO, L. E. *et al.* Performance of Velicer's minimum average partial factor retention method with categorical variables. *Educational and Psychological Measurement*, [s. l.], v. 71, n. 3, p. 551-570, 2011.

GIL, A. C.; REIS NETO, A. C. DOS. Survey de Experiência como Pesquisa Qualitativa Básica em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, [s. l.], v. 22, n. 56, p. 125-137, 2021.

GONÇALVES, M. F.; MONTE, P. A. do. Admissão por primeiro emprego e reemprego nomercado formal do nordeste: um estudo mesorregional. *ABEP*, [s. l.], 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1313.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

GUNDRY, L. K. *et al.* Entrepreneurial Bricolage and Innovation Ecology: Precursors to Social Innovation? *Frontiers of Entrepreneurship Research*, [s. l.], v. 31, 2011. Disponível em: <http://digitalknowledge.babson.edu/fer/vol31/iss19/3>. Acesso em: 30.jun.2019.

HAIR, J. F. *et al.* *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HESSSEN, J. *Filosofia dos valores*. Tradução L. Cabral de Moncada. 5. ed. Coimbra, Portugal: Amênio Amado, 1980.

HOOGENDOORN, B. *et al.* What do We Know about Social Entrepreneurship? An Analysis of Empirical Research. *International Review Of Entrepreneurship*, [s. l.], n.8, n.2, p.1-42, 2010.

KATO, S. *et al.* Insights for Measuring Social Value: Classification of Measures Related to the Capabilities Approach. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, [s. l.], p. 1-24, 2017.

KUKLYS, W.; ROBEYNS, I. Sen's capability approach to welfare economics. *Cambridge Working Paper in Economics*, [s. l.], 2004. DOI: <https://doi.org/10.17863/CAM.5363>

LELLI, S. *Factor Analysis vs. Fuzzy Sets theory: Assessing the influence of different techniques on Sen's functioning approach*. Leuven: Katholieke Universiteit Leuven, 2001.

LEDESMA, R. D.; VALERO-MORA, P. Determining the number of factors to retain in EFA: an easy-to-use computer program for carrying out parallel analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 1-11, 2007

LUCAS, L.B.; PASSOS, M.M. Filosofia dos valores: uma compreensão histórico-epistemológica da ciência axiológica. *Conjectura: filosofia e educação*, [s. l.], v.20, n.3, p.123-160, 2015.

MAIR, J. Social Entrepreneurship: Taking Stock and Looking Ahead. In: FAYOLLE, A.; MATLAY, H. (ed.). *Handbook of Research on Social Entrepreneurship*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010. p 3-13.

MAIR, J., MARTI, I. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 36-44, 2006.

MAIR, J.; NOBOA, E. Social entrepreneurship: How intentions to create a social venture gate formed. In: MAIR, J.; ROBINSON, J.; HOCKERTS, K. (ed.). *Social entrepreneurship*. London: Palgrave MacMillan, 2006. p. 121-136.

MARTINETTI, E. C. A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. *Rivista Internazionale di Scienze Sociali*, [s. l.], Anno 108, n. 2, p. 207-239, 2000.

MATTOS, R. M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R. F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *Mental*, [s. l.], v. 6, n. 10, p. 103-122, 2008.

MEDEIROS, C. B. *et al.* Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma Análise Sob a Perspectiva da Economia Solidária. *Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017.

MEDEIROS, C. B. *et al.* Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 957-982, 2017.

MITCHELL, P. M. *et al.* Are quality-adjusted life years a good proxy measure of individual capabilities? *Pharmacoeconomics*, [s. l.], v. 35, n. 6, p. 637-646, 2017.

MOURAJÚNIOR., J.F.; XIMENES, V.M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 18-28, ago. 2013.

NUSSBAUM, M. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, [s. l.], v. 9, n. 2-3, p. 33-59, 2003.

O'CONNOR, B. P. SPSS and SAS programs for determining the number of components using parallel analysis and Velicer's MAP test. *Behavior Research Methods, Instrumentation, and Computers*, [s. l.], v. 32, p. 396-402, 2000.

PARENTE, C. *et al. Empreendedorismo social: Dos conceitos às escolas de fundamentação. As configurações de um conceito em construção. Portugal: Work in Progress in Empreendedorismo Social em Portugal: as Políticas, Organizações e as Práticas de Educação/Formação*, 2013.

PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. *Kriterion: Revista de Filosofia*, [s. l.], v. 55, n. 130, p. 483-498, 2014.

PEREDO, A. M.; MCLEAN, M. Social entrepreneurship: A critical review of the concept. *Journal of World Business*, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 56-65, 2006.

PETRINI, M.; SCHERER, P.; BACK, L. Modelo de Negócios com Impacto Social/Business model with a social impact/Modelo de Negocios con impacto social. *Revista de Administração de Empresas*, [s. l.], v. 56, n. 2, p. 209, 2016.

RIPPIN, N. Multidimensional Poverty in Germany: A Capability Approach. *Forum for Social Economics*, [s. l.], v. 45, n. 2-3, p. 230-255, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/07360932.2014.995199>

ROCHA, N. M. F. D.; GÓIS, C. W. D. L. Trajetórias de jovens no mundo do trabalho a partir da primeira inserção: o caso de Sísifo em Maracanaú-Ceará, Brasil. *Psicologia & Sociedade*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 466-475, 2010.

SANCHES, H. C. C. Desafios para garantia do direito à participação de crianças e adolescentes no sistema judicial brasileiro. *Revista Jurídica da FA7*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 10-32, 2015.

SANTOS, F. M. A Positive Theory os Social Entrepreneurship. *J. Bus Ethics*, [s. l.], p.1-51, 2012. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1413-4>.

SASSMANNSHAUSEN, S. P.; VOLKMANN, C. A bibliometric based review on social entrepreneurship and its establishment as a field of research. *Schumpeter Discussion Papers*, [s. l.], p.1-31, 2013.

SCHWARTZ, S. H. Les valeurs de base de la personne: théorie, mesures et applications. *Revue Française de Sociologie*, [s. l.], v. 47, n. 4, p. 929-968, 2006.

SEELOS, C.; MAIR, J. *Social entrepreneurship: the contribution of individual entrepreneurs to sustainable development*, working paper for Anselmo Rubiralta Canter for Globalization and Strategy. Barcelona: IESE Business School, 2004.

SELL, C. E. Max Weber e o átomo da sociologia: Um individualismo metodológico moderado? *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 16, p. 2, p. 323-347, 2016.

SEN, A. Development as capability expansion. *Readings in Human Development*, [s. l.], p.41-58, 2003.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOCIAL VALUE UK. What is Social Value and why does it Matter? *Institute for Social Value UK*. London, 2018. Disponível em: <http://www.socialvalueuk.org/what-is-social-value/>. Acesso em: 15mar. 2018.

VAN OOTEGEM, L.; VERHOFSTADT, E. Using capabilities as an alternative indicator for well-being. *Social Indicators Research*, [s. l.], v. 106, n. 1, p. 133-152, 2012.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1994.